

A Política de Grandeza da Rússia em Formação:
uma síntese do período pós-soviético

*The Russian Policy for Greatness Under Formation:
an overview of the post-soviet period*

*La Política de Grandeza de Rusia en Formación:
una síntesis del periodo post-soviético*

Bruno Mariotto Jubran*

RESUMO

Neste texto nos debruçaremos sobre o tema do retorno da Rússia à condição de grande potência. Esse processo, como buscaremos apresentar, é anterior à ascensão de Putin à política nacional como presidente, no ano 2000, e se apresentou como uma contraposição à inserção sob viés pró-Occidental, também chamada de internacionalismo liberal, observada no início da década de 1990, que se caracterizava pela tentativa de se aproximar dos Estados Unidos e pela retração da atividade política russa em praticamente todos os espaços geopolíticos ao redor do mundo. Na nova abordagem, observável pelo menos desde 1996, durante a presidência de Boris Yeltsin, a Rússia tem se visto como um centro de poder em uma ordem global cada vez mais multipolar, e tem cultivado o adensamento dos vínculos políticos, econômicos e mesmo sociais com outros países a ocupar espaços centrais, sobretudo com os integrantes do grupo BRICS, e a desempenhar papéis promissores nessa nova configuração de poder, ao mesmo tempo em que busca equilibrar a balança em relação aos centros tradicionais de poder no mundo ocidental, especialmente os EUA. Essa reorientação, no entanto, ocorreu não devido a uma abrupta mudança de poder no cenário global ou na distribuição de poder entre as grandes potências, mas, sim, respondeu a um descontentamento conjuntural no plano doméstico que ameaçava a própria permanência de Yeltsin no poder, e esse vetor tem-se mantido, não obstante algumas alterações e ajustes conjunturais.

Palavras-chave: Rússia. Política externa. Autonomia. Ordem mundial.

* Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela mesma instituição. Atualmente é Analista Pesquisador na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. E-mail: bruno.jubran@fee.tche.br

Artigo recebido em 07/10/2015 e aceito para publicação em 17/11/2015.

ABSTRACT

As per this article we will lean further to the return of the subject of Russia's great status of power. Such process, as we source to present, predates the rise of Putin to national politics as becoming President, in the year of 2000, as he presented himself as a contraposition upon Pro-Western insertion bias, also called liberal internationalism, once noticed in the early 90's, which was featured by the attempt of approaching United States and as per the contraction of Russian political activity in nearly all geopolitical positions around the world. Upon this new approach, noticeable at least since 1996, during the term of Boris Yeltsin, Russia has been seen as a power hub towards the global order as increasingly multipolar, not to mention the consolidation cherish of political, economic and even social ties with other countries as to source central stage roles, mainly with members of the BRICS group, and to perform promising roles upon such power settings, while seeking to balance the liaison between the mainstream centers of worldwide western force, specially USA. Such reconfiguration, on the other hand, it did not take place due to an abrupt modification of power on the global scenario nor in the distribution of power between the great forces, but rather to respond to a circumstantial dissatisfaction in the domestic field which threatened the very permanence of Yeltsin on power, and such vector has remained, notwithstanding of some circumstantial adjustments and modifications.

Keywords: Russia. Foreign policy. Autonomy. Worldwide order.

RESUMEN

El texto analiza el tema del retorno de Rusia a la condición de gran potencia mundial. Ese proceso, como se intenta demostrar, es anterior a la ascensión de Putin a la política nacional como presidente, en el año 2000, y se presentó como una contraposición a la inserción por el sesgo pro-occidental, también llamada de internacionalismo liberal, observada en el inicio de la década de 1990, que se caracterizaba por la tentativa de aproximarse de los Estados Unidos y por la retracción de la actividad política rusa en prácticamente todos los espacios geopolíticos alrededor del mundo. En el nuevo abordaje, observable por lo menos desde el 1996, durante el gobierno de Boris Yeltsin, Rusia se ve como un centro de poder en un orden global cada vez más multipolar, y cultiva el adensamiento de los vínculos políticos, económicos y aun sociales con otros países, ocupando espacios centrales, sobre todo con los integrantes del grupo BRICS, y desempeñando papeles promissórios en esa nueva configuración de poder, al mismo tiempo en el que busca equilibrar la balanza en relación a los centros tradicionales de poder en el mundo occidental, especialmente los EUA. Esa reorientación, sin embargo, ocurrió no debido a una abrupta mudanza de poder en el escenario global o en la distribución del poder entre las grandes potencias, sino ha respondido a un descontentamiento coyuntural en el plan doméstico que amenazaba la propia permanencia de Yeltsin en el poder, y ese vector se mantiene, no obstante algunas alteraciones y ajustes coyunturales.

Palabras clave: Rusia. Política externa. Autonomía. Orden mundial.

INTRODUÇÃO

Em boa parte dos meios jornalísticos e dos acadêmicos, tem sido quase que lugar-comum caracterizar a política externa atual da Federação Russa como assertiva, agressiva ou expansiva. Na maior parte das vezes, as características dessa suposta nova Rússia no mundo tem sido creditada ou associada à personagem de Vladimir Vladimírovich Putin, por meio de termos como “virilidade”, “autocracia”, “coragem”, “patriotismo”, mas também “cleptocracia”, “corrupção”,¹ entre outros.

Ainda que a figura do presidente da Rússia detenha significativamente muitas prerrogativas constitucionais e legais, tanto em termos de política externa como no âmbito doméstico, para se ter um entendimento mais abrangente das posições da Rússia no sistema internacional é necessário observar questões que vão muito além do eventual caráter individual de seu líder. Em nossa hipótese de trabalho, a política externa que busca ocupar espaços na arena internacional de forma autônoma, independente e pragmática, mas não necessariamente contrária ou em conflito aberto com países do Ocidente, tem sido uma marca do comportamento da Federação Russa antes mesmo da ascensão de Putin ao poder, em 1999.

Arriscamos a apostar, ainda, que a essência dessa inserção que busca otimizar o espaço para a expressão da autonomia política frente aos demais centros de poder deva alterar-se muito pouco no futuro, a não ser que ocorra uma alteração significativa nos atributos de poder sob controle do Estado russo, de forma semelhante ao observado na virada entre as décadas de 1980 e 1990.

Este trabalho está dividido em duas partes fundamentais. Na primeira, buscaremos explorar, inicialmente, a real dimensão da perda de poder sofrida por Moscou no final de 1991 e, também, ao longo dos dez anos seguintes, considerando-se não apenas os atributos mais tangíveis ou “duros” de poder, como o volume dos gastos militares, ou o tamanho das forças armadas em termos de efetivos, mas também outras categorias que igualmente apresentam um papel bastante relevante, como população, economia, bem como alguns dados de bem-estar social. O objetivo não é oferecer uma lista taxativa de todos os atributos de poder, mas, sim, apresentar algumas variáveis que julgamos interessantes para entender melhor o caso mais emblemático de rápida perda de poder absoluto em tempos de paz por parte de uma potência mundial.

Na segunda parte, examinaremos a política externa russa, de forma bastante sucinta, em relação aos principais centros de poder entre as décadas de 1990 e 2000. Trata-se de uma remontagem histórica do Estado russo, na qual, em primeiro lugar, buscaremos aproximar os principais eventos de política externa com a conjuntura política nacional e a situação econômica do país ao longo do período desde o final da União soviética em dezembro de 1991, até meados da década de 2010.

¹ Dentre as publicações jornalísticas que têm reservado a maior quantidade de artigos críticos ao líder russo, citamos a *The Economist* (*Putin's war on the West* - 14/02/2015); *Vladimir Putin's macho stunts* (20/05/2015).

Nessa mesma seção, buscaremos nos concentrar na diferenciação entre dois períodos, de 1991 a aproximadamente 1995, e de 1996 em diante, explorar os fatores por trás dessa reorientação observada naquele período e, finalmente, propor algumas reflexões sobre a noção de retorno da Rússia como grande potência ao longo dos anos 2000.

1 DE UNIÃO SOVIÉTICA A FEDERAÇÃO RUSSA. O QUE MUDOU E O QUE RESTOU

A União Soviética teve seu dia derradeiro no Natal² de 1991, quando 12 repúblicas obtiveram independência³, inclusive a própria Federação Russa, objeto deste trabalho. Nesta seção procuraremos nos ater ao que significou em termos de poder o fim da União Soviética e a ascensão da Federação Russa como um sujeito das relações internacionais.

Interessante frisar que esse tipo de perda de poder não foi um caso isolado na história da humanidade, mesmo na Era contemporânea. Tem sido relativamente comum, especialmente após guerras de alto impacto ou de revoluções internas. É possível traçar paralelos com a Alemanha no pós-I Guerra, e com o Japão no pós II-Guerra. Nesses exemplos, assim como no caso russo como veremos a seguir, embora houvesse significativo declínio de poder material, econômico e até de bem-estar social, diversas estruturas de governo permaneceram, o aparato estatal, e mesmo parte da elite intelectual, continuaram a ser ocupados em grande medida pelos mesmos indivíduos.

Assim, o caso estudado apresenta diferenças significativas em relação ao fim do Império Austro-Húngaro,⁴ e à desintegração da Iugoslávia a partir de 1991,⁵ casos nos quais não se pode identificar onexo de continuidade ou de herança entre o antigo poder e dado novo Estado.

1.1 PERDAS IMEDIATAS

Nesta parte, procederemos a um exame comparativo para identificar diferenças de poder entre a ex-União Soviética e a nova Rússia acerca de temas como território, demografia e economia, sob controle de ambos os Estados. Quase que literalmente de um dia para o outro, o território controlado por Moscou diminuiu em cerca de um terço, e a população passou de 293 milhões em 1991 (logo antes

² Aqui cabe mencionar que a referida festividade cristã continua a ser comemorada em diversos países de tradição ortodoxa – inclusive na própria Rússia – no dia 7 de janeiro.

³ As três repúblicas do Báltico – Estônia, Letônia e Lituânia – haviam obtido sua independência antes mesmo do fim da URSS, ainda em meados de 1991.

⁴ Após sua derrota na I Guerra Mundial, o Império Austro-Húngaro teve seu território dividido por três países sucessores com grau de poder mais ou menos equiparável: a Áustria, a Hungria e a Tchecoslováquia.

⁵ Apesar de ter sofrido um destino mais complexo, a antiga Iugoslávia, em 1991, teve três repúblicas que declararam independência: a Croácia, a Eslovênia e a Macedônia. Nos anos 2000, o país deixou de existir, com a independência de Montenegro. Apesar de ser o país mais relevante em termos materiais, a Sérvia não é sucessora legal da Iugoslávia, o que obrigou a primeira a pedir adesão à Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000. No caso russo, como veremos, todas as obrigações internacionais da URSS (inclusive o assento permanente e o direito de veto no Conselho de Segurança da ONU) foram assumidas pela Federação Russa.

da secessão dos Estados bálticos) para pouco mais da metade, ou seja, cerca de 150 milhões de habitantes.

Dados sobre a economia de ambos os entes são um pouco mais complicados de comparar, diante das divergências de metodologias observadas no período soviético e no atual.⁶ Ainda assim, tendo-se em mente a participação da República Soviética da Federação Russa no cômputo geral da economia da URSS propriamente dita em cerca de 60%, a perda econômica imediata deve ser de aproximadamente 40%.

Em termos militares, alguns dados são ainda mais marcantes. De acordo com a base de dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), enquanto em 1990 os gastos militares da URSS somavam US\$ 291 bilhões, ou 12,3% do PIB, em 1992, primeiro ano completo de existência da Federação Russa, essa cifra caiu para US\$ 62,2 bilhões,⁷ ou 5,5% do PIB nacional (STOCKHOLM..., 2015). Em termos de contingente militar, a queda foi menos expressiva, já que permaneceram sob controle da Rússia as forças armadas estacionadas em seu território.⁸ Dados precisos sobre o contingente soviético por volta de 1990 são difíceis de obter, ainda que estimativas apontem um contingente entre 4 e 4,5 de militares. Em 1992, a Rússia dispunha de 2,870 milhões de pessoas nas fileiras de suas forças armadas, número consideravelmente inferior ao período soviético, mas mesmo assim 7,5 vezes maior que o contingente da Ucrânia (385 mil) e 18 vezes ao da Belarus (165 mil), respectivamente a segunda e a terceira maiores forças no espaço pós-soviético no início dos anos 1990 (BARANETS, 2011).

Não é apenas em termos quantitativos “duros” que a perda de poder é notável. Na questão territorial, o fim da URSS significou o surgimento de diversos estados que se interpunham entre a Rússia e outros centros de poder, o que “apartou” esta última do acesso direto ao centro do continente europeu, e a países com certa relevância regional, como o Irã e a Turquia. A perda do controle sobre a península da Crimeia e de portos estratégicos no Mar Negro, como o de Odessa (Ucrânia), Sevastopol (Crimeia, península que foi confirmada no início dos anos 1990 como parte da Ucrânia), Batumi (Geórgia), e no Mar Báltico, como o porto de Riga (Letônia), reduziu a capacidade estratégica de a nova Rússia projetar seu poderio a oceanos. Ademais, algumas restrições de transporte impostas por algumas nações bálticas dificultaram a comunicação entre enclave de Kaliningrado com o restante do território russo. Além disso, diversas bases militares soviéticas passaram para o controle das novas repúblicas.

No entanto, os armamentos nucleares soviéticos que não foram alvo de desativações permaneceram integralmente sob o controle da Federação Russa.

⁶ Essa dificuldade tem como origem a metodologia utilizada pelos economistas e estatísticos soviéticos para a mensuração da economia, que envolvia o cálculo da Renda Nacional Material ou Produto Material, que, à diferença da contabilidade social nos países do Ocidente, não contabilizava o setor de serviços, transportes, entre outros.

⁷ Essas cifras estão expressas em dólares constantes de 2011. Não há dados para o ano de 1991.

⁸ No caso da Marinha da URSS, acordos específicos foram assinados entre a Rússia e a Ucrânia na década de 1990 sobre a divisão da frota do Mar Negro.

Essa transferência de controle não ocorreu, porém, sem contradições. Os países que detinham dentro de suas fronteiras arsenais estratégicos da URSS, como foi o caso do Cazaquistão e principalmente da Ucrânia, buscaram obter para si a posse integral desse tipo de armamento. A Rússia, com respaldo do Tratado de Não-Proliferação e com apoio inclusive dos Estados Unidos, defendia que, como sucessora legítima das obrigações legais da URSS, cabia-lhe o controle do arsenal nuclear soviético, mesmo que estivesse fora de suas novas fronteiras internacionais. Após tensas negociações, a Rússia conseguiu fazer valer seu direito e, adicionalmente, tanto Ucrânia como Cazaquistão renunciaram a suas pretensões de obter armas nucleares em meados dos anos 1990.

1.2 PERDAS AO LONGO DA DÉCADA

Se nossa observação se mantiver por mais dez anos, é possível identificar que o país saiu ainda mais enfraquecido em relação não apenas à União Soviética, mas também à própria Federação Russa em seus primeiros momentos como entidade soberana. Como veremos, as perdas em quase todos os atributos de poder estenderam-se por muitos anos na década de 1990. Neste período, a Rússia empreendeu reformas econômicas no intuito de promover a transição do sistema de economia planificada para o capitalismo. Foi nesse momento que se buscou privatizar diversas empresas estatais, no espaço de tempo mais curto possível. Esse era o mote da chamada terapia de choque.

Um dos fenômenos mais surpreendentes da Rússia ao longo da primeira década do período pós-soviético foi a significativa e consistente perda demográfica, que se acelerou nos anos 1990 e continuou, ainda que sob ritmo menor, na década seguinte (gráfico 1), devido a fatores como o saldo negativo no crescimento populacional negativo em todos os anos entre 1994 e 2008. Mesmo contabilizado o fluxo migratório, que suavizou as perdas demográficas, o país perdeu, entre 1992 e 2010, cerca de 350 mil habitantes em média por ano, de acordo com as estatísticas oficiais (RÚSSIA, 2010). Tendo-se em mente apenas o crescimento natural,⁹ a média anual foi negativa em 690 mil pessoas no mesmo período. Outro dado notável foi a abrupta queda na expectativa de vida (gráfico 2), que em 1990 era de 69 anos, à época, nível menor do que a maioria das nações europeias (inclusive as que estavam sob regimes comunistas, como Polônia), mas sensivelmente maior que a taxa que vigorava no Brasil, de 67 anos; em 20. Esse índice desabou para 65 anos em 1995, chegando a 58 para a população masculina, bem inferior ao registrado no Brasil – 68 anos para a população total e 65 para os homens (BANCO MUNDIAL, 2015).

Outra dificuldade adicional, ainda que de difícil mensuração precisa, foi a imposição de barreiras alfandegárias e uma série de controles de fronteiras por parte dos países que recém haviam declarado sua soberania. A Rússia, que até então detinha acesso direto ao território dos países da Europa Central, teve que pagar tarifas de trânsito para os novos países, como a Belarus e sobretudo a Ucrânia.

⁹ Variável que corresponde ao saldo resultante da diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NA RÚSSIA - 1990-2014

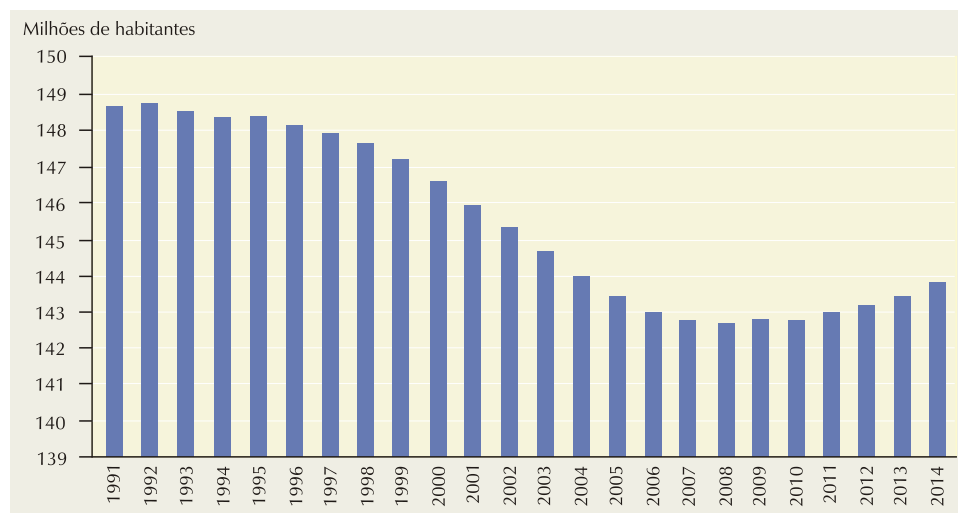
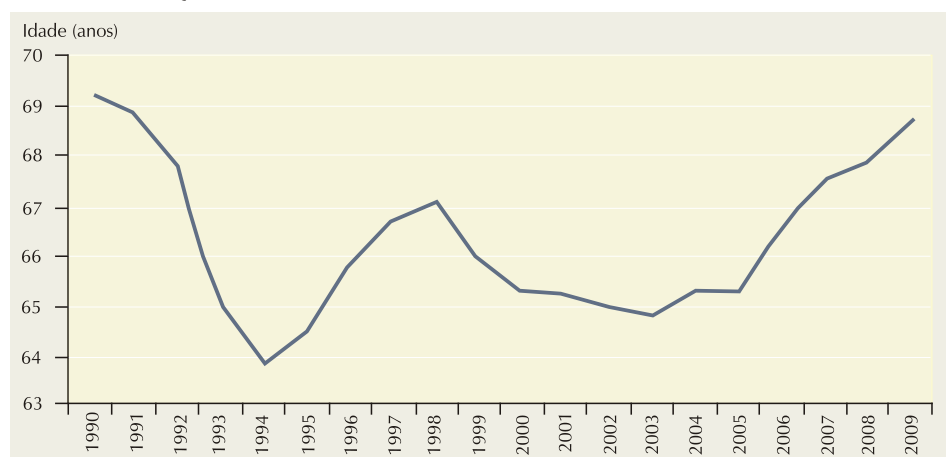


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA EXPECTATIVA DE VIDA NA RÚSSIA - 1990-2009



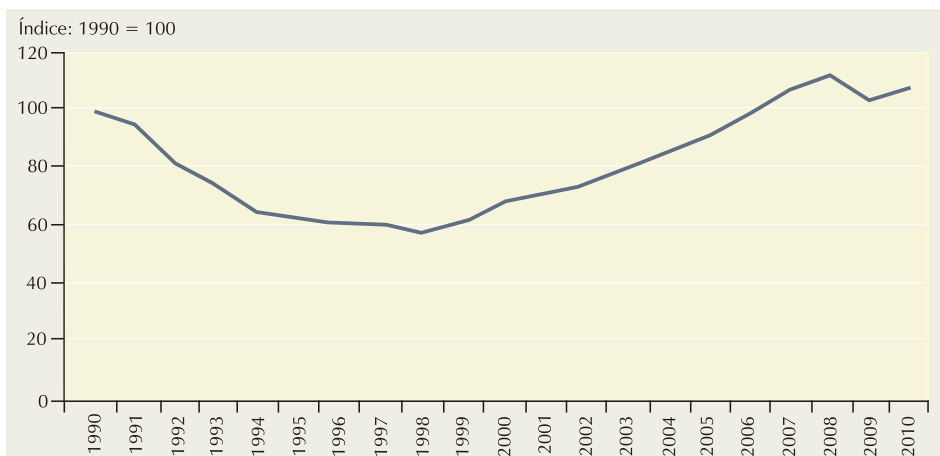
FONTE: Banco Mundial (2015)

NOTA: Elaboração do autor.

Ademais, o planejamento econômico durante quase todo o período soviético havia sido, inclusive nos anos imediatamente anteriores ao colapso daquele país, com base na centralização do controle, na especialização econômica das repúblicas, e na existência de fortes vínculos econômicos e sociais entre elas. O surgimento de governos soberanos e a consequente imposição de barreiras nacionais colaboraram para reduzir a produção econômica não apenas na Rússia, mas também em todo o espaço pós-soviético. De acordo com dados do Banco Mundial, apenas Turcomenistão e Uzbequistão registraram uma alta no PIB a preços constantes entre

1991 e 2001 (BANCO MUNDIAL, 2015).¹⁰ A Rússia somente conseguiu recuperar os índices de PIB de 1991 (medido a preços constantes) em 2006 (gráfico 3), ao passo que a Ucrânia, segunda maior economia entre as antigas repúblicas soviéticas, ainda permanece bastante abaixo do ano derradeiro da URSS, ao menos em dados oficiais.¹¹

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO PIB NA RÚSSIA A US\$ Constantes 2000 -1990-2010



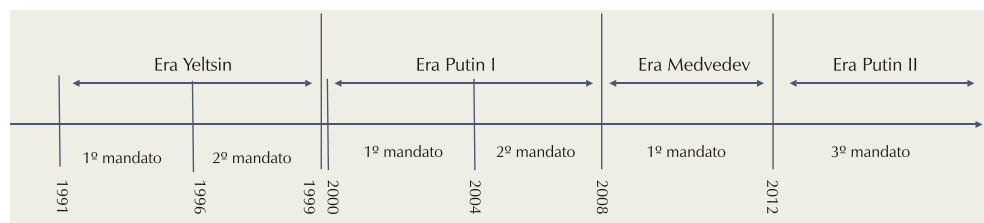
FONTE: Banco Mundial (2015)

NOTA: Elaboração do autor.

2 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA DESDE 1992

Grande parte da literatura costuma dividir a política exterior da Rússia desde o final da Guerra Fria em dois momentos, que corresponderiam aos dois mandatos do governo Iéltsin (1992-1999), e, por outro lado, aos dois mandatos iniciais de Putin (2000-2008), ao hiato de Medvedev (2008-2012) e ao terceiro mandato de Putin (2012).

FIGURA 1 - LINHA DO TEMPO DOS PRESIDENTES RUSSOS DESDE 1991



FONTE: O autor

¹⁰ Não há estimativas, nessa publicação, para o caso da Estônia.

¹¹ Há um problema inerente no caso da mensuração das economias de quase todos os países do antigo bloco soviético, inclusive as três repúblicas Bálticas – Estônia, Letônia e Lituânia –, que é a elevada participação das chamadas segundas economias. Apesar de não serem, necessariamente, atividades ilegais, não acabam sendo contabilizadas pelo estado local, de modo que não são objeto de impostos, o que acarreta dificuldades de arrecadação nessas regiões. Não há estatísticas oficiais ou de organizações internacionais para estimar o tamanho dessas economias.

É bastante complicado, no entanto, estabelecer um padrão geral durante todo o Governo Yeltsin. O início do período, isto é, entre dezembro de 1991 e o final de 1993, é possível caracterizar como o auge do liberalismo na Rússia, ideologia que foi buscada tanto na política externa como na política econômica doméstica. Houve uma tentativa da diplomacia russa em se aproximar tanto no discurso como na prática dos Estados Unidos, que teve fortes correspondências no plano interno com as reformas pró-mercado de Egor Gaidar.

No entanto, essa fórmula não permaneceu intacta ao longo da década. Já no final de 1993, com o crescimento das críticas internas ao modelo liberal, de maneira que as reformas liberais foram sendo paulatinamente suavizadas, ao mesmo tempo em que se promovia uma revisão, ainda que de curto alcance, na política externa. Essas tendências se tornam mais evidentes a partir de 1996, quando Evguênny M. Primakôv assume a chancelaria no lugar de Kozyrev, e desde então a política externa do país tem buscado assumir uma autonomia cada vez maior em relação ao Ocidente. Naquele mesmo momento, a política econômica também sofreu uma significativa guinada mais pragmática, combinando a implementação de medidas pró-mercado com a defesa dos setores industriais nacionais, com particular atenção ao complexo energético, que permitiu, a partir de 1999, que a Rússia revertesse a espiral de letargia econômica observada desde 1991. Esse tem sido o alicerce da política doméstica e externa russa, ainda que com alterações pontuais a depender da conjuntura externa.

2.1 O “INTERNACIONALISMO LIBERAL”: OS PRIMEIROS ANOS DE YELTSIN (DEZEMBRO DE 1991 A OUTUBRO DE 1993)

A nova Rússia, no período inicial do governo Yéltsin, enfrentava enormes desafios internos e externos. Entre os objetivos, citam-se promover a transformação sistêmica de sua economia, de forma a enquadrá-la na economia global, estancar a perda de poder político e econômico e combater as forças centrífugas que desafiavam sua autoridade dentro de suas próprias fronteiras. Dentre essas forças centrípetas, destacava-se a República da Tchetchênia, localizada no sul do país, cujas lideranças, ao não reconhecer a autoridade da Federação Russa, declararam sua independência ainda em 1991. Temendo um crescente questionamento a sua autoridade em outras repúblicas e regiões, o governo russo empreendeu uma sangrenta guerra a fim de retomar o controle da região e, adicionalmente, desencorajar rebeliões semelhantes em outras partes do país.

Com esses objetivos, a Rússia adotou no plano externo uma estratégia que não se limitava a uma simples aproximação ou uma cooperação com os países ocidentais, como tentou a URSS em seus anos derradeiros, mas sua própria inclusão no conceito de “Ocidente”. A percepção dominante dos principais formuladores de política externa era a de que a Rússia, supostamente integrante da comunidade ocidental (ou membro aspirante), compartilhasse dos valores comuns dessa “civilização”. A partir

da leitura da chamada Concepção de política externa de 1993,¹² notam-se facilmente as expectativas das lideranças russas nos anos imediatamente posteriores ao fim do regime socialista, como se pode conferir em uma passagem do referido documento:

Entre os países ocidentais, permanece uma significativa comunhão de interesses em questões fundamentais do desenvolvimento mundial (economia de mercado e sociedade civil), que lhes induz a buscar uma abordagem colaborativa nas áreas política, militar e econômica e etc. não apenas entre eles próprios, mas também com a própria Rússia democrática (RÚSSIA, 1993, p.21, tradução nossa).

De fato, observa-se um *retrenchment* russo em praticamente todas as arenas de disputa de poder global. É nessa fase que os contatos com antigos aliados soviéticos, como Angola, Cuba e Vietnã, foram bruscamente interrompidos, o que causou impactos negativos sem precedentes na economia desses países. Essa retração, no caso da relação com o Ocidente, significou uma posição mais inclinada a concessões unilaterais por parte de Moscou.

Nessa fase inicial, cunhada por Tsygankov (1997) como “internacionalismo liberal”, a liderança russa nutria a expectativa de que uma posição não conflitiva e significativamente subserviente aos Estados Unidos levasse a que esta superpotência pudesse apoiar as reformas econômicas em curso. Nessa estratégia, as relações com os EUA foram encaradas como prioritárias (ou seja, o principal parceiro é Washington) e estratégicas (isto é, por meio delas seriam realizadas as reformas internas em andamento). Essa expectativa pode ser observada com bastante facilidade no referido documento:

Baseada nos arranjos existentes nos setores militar-político e financeiro-econômico, a Rússia procurará o desenvolvimento das relações com os EUA por meio do estabelecimento de uma parceria estratégica e, no longo prazo, de uma aliança (RÚSSIA, 1993, p.32, tradução nossa).

Na visão dos estadistas russos desse período, sobretudo os liberais, esse é o único caminho (*edínstvenny put*) que o país poderia traçar. Em um artigo publicado durante sua chancelaria (1992-1996), Kozyrev (1994) afirmava que “a parceria [com os EUA] não tem alternativa para a conformação do “estado russo democrático” e da “transformação de mundo instável e pós-confrontacionista em estável e democrático”.

Ao definir a estratégia de encarar os Estados Unidos não apenas como um aliado, mas como um modelo, uma das principais táticas foram as “concessões unilaterais”. Em muitos contextos, a Rússia adotou posições idênticas aos EUA ou, quando o dissenso era requerido, apenas suavizava o “desvio”, com discursos não confrontacionistas (ARBATOV, 1993). Em diversas deliberações relevantes da ONU

¹² Documento de caráter oficial, publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, que sistematiza e congrega as visões do Estado russo a respeito de temas internacionais. Desde então, houve versões desse documento em 2000, 2008 e 2013, geralmente no início de cada presidência.

no período, a delegação russa acompanhou o voto dos Estados Unidos quanto à aplicação de sanções contra a antiga Iugoslávia, o Iraque e o Irã. A Rússia, pressionada por países da OTAN, consentiu nesse período em cessar a venda de tecnologia de mísseis para a Índia e de armamentos para o Irã.

As relações com outros atores externos, inclusive com as antigas repúblicas soviéticas, conhecidos na Rússia como “exterior próximo” (*blizny zárubej*), subordinaram-se às relações com os EUA. Passou a se aceitar a ingerência dos americanos na antiga zona de influência soviética, contanto que houvesse apoio destes às reformas russas. No caso da Ucrânia, por exemplo, o Kremlin buscou atrair a seu favor a diplomacia norte-americana para os contenciosos a respeito da divisão entre russos e ucranianos da frota soviética do Mar Negro, além das tensas negociações sobre o repatriamento ou a eliminação das ogivas nucleares estacionadas em território ucraniano. O governo russo buscava transmitir a imagem ao Ocidente de que era um parceiro confiável, mantenedor de uma ordem mínima e promotor das reformas liberais no espaço pós-soviético. Como veremos, essa imagem será aos poucos remodelada ao longo da década de 1990, diante dos gravíssimos problemas econômicos, políticos e militares com os quais a Rússia teve que lidar.

Apesar de todos os problemas relatados, é possível identificar, ainda nesse período, ao menos um efeito positivo, que foi a sensível melhora nas relações com a China. Ainda que os chineses observassem com preocupação o súbito colapso da URSS e as transformações radicais em seus vizinhos do Norte, as diplomacias dos dois países buscaram efetivamente dirimir as tensões fronteiriças, promover entendimento mútuo em setores específicos e incentivar os contatos entre as sociedades. Esse espírito de aproximação se manteve nos anos seguintes, como veremos adiante. A China foi uma das poucas nações visitadas por Yeltsin, ainda em 1992, uma clara evidência do papel daquele país para a política exterior russa.

Uma possível explicação desse período sugere que após uma abrupta redução de poder, como visto anteriormente, a Rússia retraiu sua atuação no cenário internacional. Enfraquecido em praticamente todos os parâmetros de poder, o referido país não estaria apto a competir com os Estados Unidos em condições de igualdade, e em todas as regiões do mundo. Restava-lhe um *status* inferior, alegadamente mais adequado à nova realidade russa, de “potência regional”, ao lado de outras nações, como Japão, China e França. No entanto, como veremos a seguir, essa visão não se sustentou ao longo do tempo. Mesmo em situação de letargia econômica e com problemas até mesmo na organização de suas forças armadas, os russos promoveriam, anos mais tarde, uma alteração no comportamento de sua política externa, em virtude da desilusão em relação àquilo que enxergavam como postura agressiva do Ocidente e, ligado a esse fato, ao crescimento das críticas internas.

2.2 DE 1993 A 1996: INSTABILIDADES INTERNAS, DESILUSÃO E GRADUAL ABANDONO DO INTERNACIONALISMO LIBERAL

Ao longo de 1993, o casamento entre a política externa pró-Occidente e o pacote de reformas liberais no plano doméstico era cada vez mais alvo de críticas, tanto por parte de forças de esquerda (capitaneadas pelo Partido Comunista da Federação Russa ou KPRF, da sigla em russo), como pelas de direita (Partido Liberal-Democrata da Rússia, ou LDPR) (TSYGANKOV, 1997). Na Duma¹³ (como é conhecida a Câmara dos Deputados) estava em curso o processo de reorientação da política externa russa em direção a uma postura mais autônoma frente aos Estados Unidos. Essa mudança, longe de ser instantânea, demorou alguns anos e tampouco foi linear. Em alguns momentos ela sofreu certa aceleração, como em 1996, com a nomeação de um indivíduo mais crítico ao Occidente, Evguên Primakóv, e freada, como por exemplo durante a grave crise econômica de 1998, como veremos adiante.

As críticas feitas em meados da década de 1990 eram basicamente a respeito da falta de pragmatismo e da insuficiência de resultados práticos. Diferentemente do esperado pelos russos, o fim da Guerra Fria e a evidente mudança de postura da Rússia no cenário internacional não levaram ao fim da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN (ARBATOV, 1993; LYNCH, 2001; SELEZNEVA, 2002). Pelo contrário, esta organização não apenas se manteve, como também passou a cogitar a adesão de países outrora membros do Pacto de Varsóvia, mas não da Rússia. O próprio governo norte-americano percebia a postura pró-Occidente e pró-mercado de Yeltsin de forma bastante cautelosa, dando apoio limitado às reformas políticas e econômicas russas (ARBATOV, 1993).

Essa crescente insatisfação interna, seja com a condução da política externa, seja com o andamento das reformas econômicas liberais, consubstanciou-se nas eleições parlamentares em dezembro de 1993, nas quais o partido governista logrou apenas a segunda posição, atrás do LDPR, liderado pela figura altamente polêmica de Vladímir Zhirinóvsky, de viés ultranacionalista¹⁴. O partido de Yeltsin foi apenas o segundo colocado (o terceiro colocado era o Partido Comunista, também de oposição). O fraco desempenho do partido governista pode ter diminuído a margem de manobra para a política externa (assim como em outros ramos da esfera pública, inclusive a própria política econômica), de forma a que se reduzissem os exageros ideológicos do “internacionalismo liberal”, predominantes até então (LYNCH, 2001).

Cabe esclarecer que o tema da ampliação da OTAN a leste, que visava englobar antigos membros do Pacto de Varsóvia, era recorrente nos debates políticos na Rússia ao longo da década de 1990, sobretudo entre os partidos de oposição, mas ainda permanecia pouco evidente em âmbitos oficiais da diplomacia e da presidência russa. Havia uma linha de raciocínio, que transparece claramente em um parecer do

¹³ Esse nome tem origem no verbo *dumat'*, que significa pensar.

¹⁴ Enquanto a maior parte dos nacionalistas defendia “apenas” alguns temas como a restauração da soberania russa sobre a região da Crimeia, a não devolução das Ilhas Kurilas ao Japão, a proteção dos direitos civis das minorias russas nas antigas repúblicas soviéticas, Zhirinovsky defendia posições muito mais controversas, como recuperação da URSS ou mesmo do Império Russo à força, e até mesmo o retorno do Alasca à Rússia.

Conselho da Federação Russa sobre Política Externa e de Defesa, de que a expansão da OTAN tinha como motivos centrais não exatamente a contraposição à Rússia, centro de poder enfraquecido em virtude das transformações no mapa da Europa do início da década de 1990, mas sim de conter um dos próprios da organização, a Alemanha, que emergira como uma nação vitoriosa desse período, sobretudo após sua reunificação em 1990 (RUSSIA, 1995). O documento ia além, ao destacar que o governo russo detinha o interesse em ingressar na referida organização como membro pleno, diante de “uma perspectiva de uma cooperação real e de amplitude” (RUSSIA, 1995).

Outro aspecto que denota a política ligeiramente mais autônoma da Rússia naquele momento foi a crescente preocupação com a estabilidade nas ex-repúblicas soviéticas. O governo russo enviou tropas pacificadoras em regiões convulsionadas por guerras civis e instabilidades institucionais, como no Tadjiquistão, na Moldávia, no conflito entre a Geórgia e suas regiões separatistas, e na disputa entre Armênia e Azerbaijão (LYNCH, 2001). Em todos esses casos, a participação de Moscou foi decisiva, seja como mediadora ou apoiadora de uma das partes em conflito.

No entanto, o caso que mais exemplificou a assertividade do governo russo no período ocorreu no plano interno, na crise da Tchetchênia, que teve grandes repercussões externas. No entanto, a campanha militar russa contra as forças rebeldes separatistas, lideradas por Djokhar Dudayev, teve início no final de 1994, não logrou o objetivo de restabelecer o controle de fato da região. Ademais, a ação russa foi alvo de críticas cada vez mais incisivas por parte de governos e organizações ocidentais, que questionavam a brutalidade dos ataques russos, bem como a desproporcionalidade das forças empregadas.

2.3 DE 1996 A 1999: A REORIENTAÇÃO NA POLÍTICA EXTERIOR E PROBLEMAS EM SUA IMPLEMENTAÇÃO

Os insucessos militares na guerra tchetchena e o número elevado de baixas entre as tropas russas contribuiu para amplificar a queda na popularidade de Yeltsin, que sofreria uma derrota ainda mais evidente nas eleições parlamentares no final de 1995. Desta vez, o partido que tinha apoio de Yeltsin, “Nossa casa é a Rússia” (*Nash Dom – Rossiya*), ficou apenas em terceiro lugar (10,1%), atrás dos comunistas (22,3% dos votos) e dos liberais-democráticos (11,1%). Em meio ao deterioramento de sua posição no âmbito doméstico, Yeltsin afastou o então chanceler Kozyrev, uma das figuras mais identificadas com o reformismo liberal, e nomeou em seu lugar Evguênny Primakôv, em janeiro de 1996, mais identificado com setores nacionalistas na Federação Russa.

No momento em que se promovia uma mudança ideológica nos quadros do governo, a conjuntura econômica e política russa havia alcançado certa estabilização. O PIB do país cessou de cair em 1996, ao passo que foi colocado em prática um cessar-fogo com os rebeldes tchetchenos. Essa melhoria relativa, aliada a uma feroz campanha publicitária de convencimento do eleitorado russo, permitiu a reeleição de

Yeltsin naquele ano. Além disso, possibilitou ao Estado russo recuperar a autoestima e impulsionar sua reinserção no cenário internacional de forma mais autônoma e confiante, cujo direcionamento geral permaneceu em grande medida inalterado na década seguinte.

É justamente a partir desse momento que a reorientação nacionalista se torna mais evidente. Nessa fase, a defesa da multipolaridade passou a ser claramente ressaltada nos documentos e nos discursos oficiais, ao mesmo tempo em que se criticava a tendência à unipolaridade por parte dos EUA e de seus aliados. Ademais, buscou-se uma concertação política mais bem elaborada com os grandes países asiáticos, sobretudo Índia e China. Pela primeira vez na história, os líderes dos três países se reuniram para discutir temas de interesse conjunto, uma ação que ficou conhecida na Rússia como “Triângulo estratégico”.

Na visão de um dos interlocutores da embaixada brasileira em Moscou, o governo russo estava diante de uma verdadeira reavaliação em todo o desenho de sua política externa:

Percebendo que a opção pela democracia e pela economia de mercado não lhe garantiu admissão imediata no Ocidente desenvolvido e que perduram arestas herdadas da Guerra Fria (ex.: OTAN), a Rússia está abandonando a quase-exclusiva prioridade “Ocidental” que caracterizou o início de sua vida extra-URSS. Na busca de um novo papel no cenário internacional, vem buscando desenvolver novas parcerias estratégicas (BRASEMB MOSCOU, 1996).

O breve período da chancelaria de Primakóv (janeiro de 1996 a setembro de 1998) trouxe grandes desdobramentos, inclusive, em relação à OTAN. A guinada nacionalista, diferentemente do que se esperava, não resultou, por si, em um esfriamento nas relações com a OTAN. Pelo contrário, houve importantes avanços, como a assinatura, em maio de 1997, do “Ato Fundador das Relações Mútuas” entre a OTAN e a Rússia, que estabelecia bases para uma cooperação militar. Nesse mesmo período, Moscou foi admitida a participar do G7, que passou a ser chamado de G8 ou, ainda, de G7 + Rússia. Entretanto, os diplomatas russos não lograram obstaculizar a ação militar perpetrada pela OTAN nos Bálcãs e, além disso, consentiram, a contragosto, a adesão à referida organização militar de Polônia, República Tcheca e Hungria, antigos membros do Pacto de Varsóvia.

A principal novidade enquanto Primakóv ocupava o cargo de Ministro de Estado foi a revitalização do interesse russo em relação a outros polos de poder, sobretudo China e Índia e, em menor escala, a outras regiões do planeta, como África, Oriente Médio e América Latina, as quais praticamente passaram despercebidas pelo governo russo desde o colapso da União Soviética. A perspectiva de se criar um “triângulo estratégico” na Ásia com Beijing e Nova Délhi, e de estabelecer pontes com outros polos promissores, como o Brasil, México e África do Sul, passou a fazer parte desde então do pensamento estratégico russo (OKUNEVA, 1999).

Uma das principais iniciativas foi a criação do Grupo dos Cinco, ainda em abril de 1996, que envolvia China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão, cujo fundamento era a ampliação da confiança mútua nas fronteiras entre esses países no campo militar (MYASNIKOV, 2003). Esse arranjo pode ser considerado a base para a Organização para a Cooperação de Xangai (OSX), que viria a ser criada em 2001. Especificamente em relação à China, Yeltsin esteve na China ainda em 1996, retribuído, no ano seguinte, com a visita à Rússia do então presidente chinês Jiang Zemin. Nestes dois encontros, as lideranças de ambos os países reforçaram sua preferência a uma ordem global multipolar, antagônica ao unilateralismo dos EUA. A China alinhou-se aos russos na rejeição do expansionismo da OTAN. Em temas propriamente bilaterais, foi alcançada a redução da presença militar nas regiões de fronteira, dirimindo o histórico de décadas de desconfiança recíproca. Antiga preocupação de alguns setores, a hipótese de invasão chinesa no Extremo Oriente russo foi desacreditada pelo próprio governo russo em seu jornal oficial (EMIL, 1997).

Outro país que ganhou relevância para os estadistas russos foi a Índia, para a qual se planejou a venda de dois reatores nucleares de água leve no início de 1997, o que provocou protestos estadunidenses. Novos contratos de venda de armamentos ao gigante sul-asiático foram assinados em março do mesmo ano durante a visita do então primeiro-ministro indiano Deve Gowda a Moscou, cujo valor negociado (US\$ 7 bilhões) fez da Índia a maior compradora de armas russas.

Nesse período observa-se também uma melhoria significativa nas relações com ex-repúblicas soviéticas, com destaque para a Ucrânia e, em segundo lugar, para a Belarus. No primeiro caso, as relações conheceram uma melhoria significativa, com a assinatura de acordos que previam a utilização de base militar na península da Crimeia (então reconhecida como território ucraniano) pela frota naval russa. No caso da Belarus, foi prevista a criação de uma confederação ou federação suave (*myágkaya federátsiya*), ou Estado Unificado Belarus-Rússia.

No Oriente Médio, Primakov buscou trazer de volta a participação russa no equacionamento dos conflitos regionais, após alguns anos de baixo ativismo. É possível destacar a visita a Moscou do então líder palestino Yasser Arafat em fevereiro de 1997, durante a qual a Rússia reafirmou a posição soviética de trabalhar em prol da coexistência entre Israel e Palestina. As relações com países da América Latina, inclusive com Cuba, parceiro tradicional da União Soviética, tinham passado incólumes no início da década de 1990. Porém, na reeleitura colocada em prática por Primakóv, esses países eram detentores de um significativo potencial de crescimento econômico e de maior participação no cenário internacional, e por esse motivo não poderiam ser subestimados pela Rússia. De fato, o referido chanceler realizou visitas a essa região em 1996 (Cuba, Venezuela e México) e em 1997 (Brasil, Argentina, Costa Rica e Colômbia).

A reorientação da política externa russa conheceu um breve momento de inflexão entre 1998 e 1999, diante da conjuntura da grave crise econômico-financeira, a qual trouxe importantes repercussões do ponto de vista político. A declaração da

moratória da dívida externa russa e a abrupta desvalorização da moeda nacional perante o dólar trouxe para a economia do país, em um primeiro momento, graves consequências, sobretudo na redução do PIB em 1998 e no aumento da inflação. Naquele mesmo ano, a aguda situação econômica se refletiu na instabilidade política, observada na elevada rotatividade no cargo de primeiro-ministro¹⁵, que num período de pouco mais de um ano sofreu cinco câmbios.¹⁶ As turbulências econômicas e institucionais naquele período ocasionaram uma inflexão na política externa russa, cuja prioridade passou a ser a renegociação da dívida com credores e com o Fundo Monetário Internacional.

No entanto, a recessão econômica naquele contexto não se manteve por muito tempo. Na visão de alguns economistas russos, a moratória da dívida e a depreciação cambial propiciaram, de maneira relativamente rápida, que diversos setores econômicos do país recuperassem sua competitividade por meio do preço, inclusive em alguns setores industriais (MILOV, 2008; KIVALIN, 2009). Essa recuperação, iniciada a partir de 1999, em boa parte explica o forte crescimento econômico que a Rússia experimentou ao longo de quase toda a década seguinte, exceto no período entre fins de 2008 e início de 2009, por conta dos efeitos da crise financeira global no país.

Ademais, esse crescimento econômico, aliado a algumas reformas no âmbito da gestão estatal, criaram as bases não exatamente para uma reorientação na política externa (que, como vimos, teve seu *turning point* ainda durante os anos 1990), mas sim para uma assertividade cada vez maior.

2.4 2000-2014: OS ANOS PUTIN – MEDVEDEV E O RETORNO GRADUAL DA GRANDE RÚSSIA

Como veremos a partir desta seção, se aceitarmos a tese do retorno da Rússia na política global, este processo não deve ser entendido como uma reorientação significativa no posicionamento russo no exterior, a qual pode ser identificada ainda por volta dos anos 1990, como visto anteriormente. A retomada russa no cenário global deve ser entendida como movimento gradual de intensificação da presença russa durante toda a primeira década do século XXI.

¹⁵ O cargo de Primeiro-Ministro, na configuração política russa, é o segundo mais importante no país, atrás apenas do presidente. O primeiro é nomeado por este último, com aprovação do Parlamento, de acordo com o artigo 111º da Constituição russa. O primeiro-ministro ocupa, na prática, a função de chefe-de-governo, e, de acordo com o artigo 114º da referida Constituição, é responsável por definir o orçamento, pela política econômica, social, cultural, educacional, de saúde, ecológica e de desenvolvimento. O presidente, por sua vez, controla diretamente agências “mais tradicionais” do Estado, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Civil, do Interior, além das Forças Armadas e do serviço de inteligência (conhecidas na Rússia como Serviço de Segurança Federal, ou FSB, sigla usada tanto no russo como no inglês), e do Serviço de Espionagem Externa (SVR).

¹⁶ De dezembro de 1992 a março de 1998, o cargo foi ocupado por Viktor’ S. Tchernomyrdin; de março de 1998 a agosto de 1998, por Sergey V. Kirienko; de agosto a setembro do mesmo ano, novamente por Tchernomyrdin; de setembro de 1998 a maio de 1999, por Evgeny M. Primakov; de maio de 1999 a agosto do mesmo ano, por Sergey V. Stepashin; finalmente, de agosto de 1999 até maio de 2000, por Vladimir Putin.

Vladimir Putin tornou-se *presidente temporariamente em exercício* a partir de 31 de dezembro de 1999, quando da renúncia de Yeltsin, e presidente de fato da Federação Russa em maio de 2000, após obter uma significativa vitória nas eleições, ocorridas dois meses antes¹⁷. Ainda durante sua campanha eleitoral, Putin já se apresentava como defensor do restabelecimento de uma Rússia forte e de uma política externa pragmática, com base nos interesses nacionais. O principal fator que catapultou a ascensão relativamente rápida de Putin decorreu, sobretudo, dos êxitos iniciais na chamada Segunda Guerra da Chechênia (1999-2002) (OLDBERG, 2005)¹⁸.

No plano interno, o primeiro mandato de Putin caracterizou-se pela formação de uma abrangente aliança de centro-direita no Parlamento, e um significativo enfraquecimento das forças de esquerda (KHODYAKOV, 2013). A situação econômica e política no país foi marcada, nesses anos, pela tendência à estabilização, sobretudo graças aos êxitos na campanha militar na Tchetchênia, especialmente no ano de 2000, quando Putin nomeou Akhmad Kadyrov como líder da República. Em 2003, foi aprovada uma Constituição regional, em consonância com o ordenamento jurídico russo, e, em seguida, um governo regional foi formalizado. No entanto, a vitória militar e institucional do Kremlin levou parte dos separatistas a aderirem a táticas de guerrilha, e o conflito continuou em partes da república, inclusive em outras regiões do Cáucaso. Além disso, parte dos rebeldes tchetchenos aderiu à tática de realização de grandes atentados terroristas, não apenas no Cáucaso, como também em outras regiões da Rússia, inclusive em Moscou (KHODYAKOV, 2013).

Na esfera econômica, o aumento consistente do preço do petróleo e do gás a partir de 2000 trouxe dividendos crescentes à economia russa, de certa forma mantendo a política adotada desde 1998, como vimos anteriormente. O câmbio russo permaneceu desvalorizado no período, o que manteve a competitividade dos setores internos (KHODYAKOV, 2013). Boa parte das políticas econômicas naquele momento era de cunho liberal pró-mercado, porém pragmáticas, evitando-se a abordagem da terapia de choque, aplicada no início dos anos 1990. Por exemplo, foi colocada em prática a reforma no sistema habitacional do país, de teor liberal, assim como no sistema previdenciário, mas de maneira gradual, e estendida ao longo dos anos (KHODYAKOV, 2013).

A tendência à estabilização interna no início dos anos Putin, passadas as negociações com o FMI, permitiu levar adiante a política externa cada vez mais autônoma. Logo após o início do primeiro mandato de Putin, foi publicada uma nova versão da Concepção de Política Externa, na qual se sedimentou e se sistematizou o processo de reorientação na política externa russa durante a segunda metade da década anterior. Em algumas partes, chegava-se a criticar abertamente a estratégia adotada no início da década durante o auge do liberalismo ocidental:

¹⁷ O partido Rússia Unida, de Putin, obteve nas eleições presidenciais de março de 2000 53% dos votos, contra 29,2% do Partido Comunista, que havia lançado a candidatura de Gennady Andreyvich Zyuganov.

¹⁸ Antes de se tornar presidente, Putin foi chefe do Serviço de inteligência do país, chamado FSB (organização sucessora da KGB), e premiê entre agosto e dezembro de 1999.

Levaram-se a cabo algumas metas irrealistas como, por exemplo, o estabelecimento apressado da 'parceria estratégica' e até mesmo das relações de 'aliança' com o Ocidente, para as quais nem a Rússia nem os próprios países ocidentais estavam preparados, assim como entendiam de formas distintas os seus significados. Por isso, muitos nos EUA e inclusive em alguns países da Europa Ocidental, emergidos sob influência da falsa síndrome do 'vencedor da Guerra Fria', não viam a Rússia democrática como um aliado equânime. No melhor caso, atribuíam a ela o papel do parceiro menor. (IVANOV, 2000, p.208).

As relações com os EUA estavam em uma fase bastante negativa, em função do cumprimento da promessa de expansão da OTAN a Leste e do bombardeio da OTAN contra a então Iugoslávia, com a qual Moscou detinha relações significativas, ainda que bastante tímidas. Assim, o discurso oficial russo, já nesses anos, criticava a falta de reciprocidade por parte do Ocidente e dos EUA, na promoção de gestos amistosos, inclusive no apoio à modernização econômica russa.

A conjuntura internacional que se estabeleceu nos primórdios do início do século XXI requereu uma reavaliação geral da situação em torno da Federação Russa, das prioridades da política externa russa e do provimento de recursos para sua realização. [...] Alguns cálculos, ligados à formação de novas relações de parceria equitativas e de ganhos recíprocos entre a Rússia e o ambiente externo não se realizaram, como se propunha nas principais disposições da Concepção de política externa da Federação Russa [...] de 1993 (RÚSSIA, 2000, p.109, tradução nossa).

Ao mesmo tempo em que as relações com os Estados Unidos conheceram um novo momento de dificuldades, a Rússia buscou fortalecer parcerias com países europeus, sobretudo na vertente comercial e econômica. Na estratégia do Kremlin, segundo Haas (2010), a parceria fortalecida com a Europa era encarada como uma forma de provocar uma cisão entre os próprios países ocidentais, além de diversificar a economia e promover sua modernização.

Sob a mesma conjuntura (ou talvez por conta) de novos atritos com os Estados Unidos, Moscou aspirava a tornar mais independente sua inserção externa, buscando aproximação com países de grande monta e que ocupavam uma posição central em suas regiões. É nessa ótica que se continuou a estreitar os laços com os dois países gigantes da Ásia, China e Índia, e, em outros casos, buscou-se o estabelecimento de laços importantes com outros países que os russos enxergavam como promissores. É assim que se pode entender a iniciativa russa de estabelecer a Comissão Mista de Alto Nível com o Brasil, entre 1999 e 2000, um mecanismo de cooperação que a Rússia detinha com apenas outras quatro nações naquele momento, consideradas cruciais: China, Estados Unidos, França e Ucrânia.¹⁹ Ao mesmo tempo, aproximou-se dos membros

¹⁹ A Comissão de Alto Nível destaca-se por ser presidida pelo segundo cargo mais relevante na administração do governo dos dois países envolvidos. No caso russo, essa função é sempre atribuída ao primeiro-ministro; no caso do Brasil, foi acertado que o vice-presidente deveria cumprir a função.

vinculados ao famigerado Eixo do Mal²⁰: Coreia do Norte, Irã e Iraque. Para Haas (2010), tal passo era um desafio direto aos Estados Unidos, visto que a Rússia estava disposta a dialogar com países considerados inimigos pela Casa Branca e a agir como um poder autônomo no cenário global.

Especificamente com a China, tratou-se de aprofundar a confiança mútua. Ainda em julho de 2001, os dois países assinaram um importante acordo de amizade que instituía as bases da cooperação estratégica entre os dois países. Se em 1992 afirmava-se que nenhuma das partes entraria em uma aliança uma contra a outra, desta vez o raciocínio foi aprimorado: os dois países, pelo menos no discurso do tratado, não tencionavam forjar uma aliança contra terceiros países. Foi um passo decisivo no estabelecimento de uma cooperação estratégica em longo prazo, e de aproximação política. Para Myasnikov (2003):

[...] esse acordo apresenta um importante significado histórico não apenas para a relação de nosso país com seu grande vizinho do extremo oriente, mas também para as relações internacionais do início do século XXI como um todo. (em itálico pelo autor; tradução nossa).

Esse tratado estipulava, entre outras coisas, o reconhecimento recíproco da integridade territorial (implicitamente, a Rússia reconhecia as pretensões de Pequim sobre Taiwan, e a China apoiava a ação de Moscou contra os separatistas chechenos)²¹, o aumento da confiança mútua entre as Forças Armadas, bem como a redução destas na região fronteira dos dois países. Ademais, previa-se a cooperação política entre os dois países no âmbito do CSNU. Nessa mesma conjuntura, a Rússia e a China, juntamente com países da Ásia Central, criaram a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), voltada para a cooperação militar e econômica.

Houve uma significativa (ainda que breve) melhora das relações com os Estados Unidos, entretanto, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 (SELEZNEVA, 2002; KORTUNOV, 2009). O presidente russo foi o primeiro líder estrangeiro a prestar condolências ao povo dos EUA. A Rússia também se mostrou solícita a colaborar com a invasão ao Afeganistão, governado desde 1997 pelos Talibãs, grupo considerado como terrorista pelo Kremlin desde o período soviético:²² ofereceu um corredor aéreo à OTAN, disponibilizou informações sigilosas e concordou com a cessão de bases na Ásia Central aos EUA. Além disso, a Rússia consentiu, mesmo que a contragosto, com a saída dos Estados Unidos do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (ABMT, da sigla em inglês), que se deu efetivamente em junho de 2002.

²⁰ Expressão cunhada em janeiro de 2002 pelo então presidente dos EUA George W. Bush, e se refere a países que, na visão norte-americana da época, patrocinavam o terrorismo e desenvolviam (ou procuravam obter) armas de destruição em massa.

²¹ Cláusula 4ª do Tratado de Boa-Vizinhança e Cooperação Amigável entre a República Popular da China e a Federação Russa.

²² O conflito que envolveu a União Soviética no território afegão entre 1979 e 1988 é conhecido no Ocidente como “invasão soviética ao Afeganistão”, e simplesmente “Guerra do Afeganistão” na própria Rússia.

A interpretação mais difundida sobre essa inflexão nas relações com os Estados Unidos foi a busca de uma “carta branca” para que a Rússia ganhasse legitimidade em sua ação militar contra os separatistas tchetchenos, empreendimento que até então era alvo de críticas, sobretudo no próprio Ocidente. De fato, os Estados Unidos e o Reino Unido, até então críticos da ação russa contra os rebeldes no Cáucaso, não apenas diminuíram o tom das críticas, mas passaram a apoiar a ação russa na Tchetchênia, ao menos verbalmente. A tentativa de aproximação da Rússia com os EUA não chegou a ocasionar mudanças muito claras no relacionamento com terceiros países, uma vez que, como se verá adiante, essa inflexão nas relações russo-americanas não durou muito, sobretudo após a invasão norte-americana ao Iraque.

No plano doméstico, a colaboração russa aos esforços de guerra dos EUA no Afeganistão não ficou livre de críticas em meio a conservadores e nacionalistas. Em uma reunião da Academia de Ciências Militares, não apenas acadêmicos, mas também figuras de alto escalão do próprio governo (Ministro da Defesa ou *Minoborony* e o Chefe do Estado-Maior russo), criticavam a postura permissiva e subordinada da Rússia em relação aos EUA após os ataques terroristas de 2001. Essas críticas, que pressionavam pelo retorno da política externa “pragmática”, cresciam e ameaçavam o apoio político interno a Putin. A escalada das tensões entre EUA e Iraque ofereceu ao líder russo uma oportunidade de reavaliar a suposta “parceria estratégica” com os EUA.

A ação militar contra o Iraque sob Saddam Hussein, planejada e já abertamente discutida no final de 2002, foi alvo de fortes críticas por parte de Alemanha, China, França e Rússia; contudo, nenhum dos três últimos logrou impor seu poder de veto no CSNU; a matéria sequer chegou a ser abertamente discutida naquela instância. Apesar de não conseguir evitar a ação belicista, a Rússia saiu-se não completamente derrotada, pois uma cisão intra-ocidental (entre Estados Unidos e Reino Unido, por um lado, e França e Alemanha, por outro) havia sido criada. Esse evento permitiu à Rússia elevar novamente o tom das críticas endereçadas a Washington, ainda que tivesse a companhia, naquele momento, de Alemanha e França.

2.5 DE 2004 ADIANTE: REFORÇO DO CONTROLE ESTATAL NA POLÍTICA E NA ECONOMIA

A reeleição com enormes folgas de Putin em 2004 (eleito no 1º turno com mais de 70% dos votos válidos) abriu espaço para que as políticas de centralização do poder político em Moscou e do reforço do poder do Estado na economia não apenas se mantivessem, mas também que se aprofundassem. Naquele ano, foram suprimidas as eleições diretas para o chefe do executivo local (medida revista apenas em 2012). O presidente passou a nomear os candidatos a governador, que deveriam ser aprovados ou rejeitados pelo Poder Legislativo local. No Legislativo federal, a cláusula de barreira foi aumentada de 5% para 7%, o que beneficiou os 4 principais partidos, o Rússia Unida (pró-Putin, que já ocupava a maioria das cadeiras desde 2003),

o Partido Comunista, o Liberal-Democrata, e o Rússia Justa (de centro-esquerda), que têm se mantido os únicos desde então. A partir de 2007, partidos menores, como o Yabloko (liberal), União das Forças de Direita (neoliberal), não conseguiram mais eleger deputados.

Por outro lado, na política econômica, o Estado, ao mesmo tempo em que promovia a liberalização de alguns setores da economia, passou a colocar em prática a estratégia das “Campeãs nacionais”. Nessa estratégia, o Estado busca fortalecer empresas nacionais posicionadas em alguns setores considerados estratégicos, e promovê-las na economia global. No caso russo, essa estratégia ganhou contornos específicos, em que o Estado, na maior parte das vezes, assume o papel central na condução dessas empresas, o que se tornou mais evidente a partir do segundo mandato de Putin. Dentre os casos mais significativos, citam-se a Gazprom (que a partir de 2004 tem o estado federal russo como sócio majoritário), além da Rosneft, no ramo petrolífero, que nunca foi alvo de privatização. Em outros casos, foram criadas corporações ou uniões, nas quais o estado permanece como sócio principal ou pleno, como a United Aviation Cooperation,²³ a Rosatom²⁴ e a Rostec²⁵. Essa estratégia permitiu ao Estado russo acumular aflusos financeiros crescentes advindos do aumento do preço global dos produtos transacionados, e também dos volumes exportados cada vez maiores.²⁶

Beneficiada e enriquecida com o aumento dos preços das *commodities* e do volume exportado, sobretudo aos países da Europa Central e Ocidental, consumidores da maior parte das exportações dos recursos energéticos do país, a Rússia passou a ter maior margem de manobra para financiar projetos mais ambiciosos em política externa e, obviamente, direcionar mais recursos para a modernização de suas forças armadas. Os gastos militares russos quase que triplicaram, em termos reais, entre 2000 e 2009, de acordo com as informações do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

O diálogo com os Estados Unidos, e com parte dos países europeus, continuou a se deteriorar, com a realização de uma nova rodada de expansão da OTAN a leste, em 2004. Desta vez, dentre os novos membros, destacam-se as ex-repúblicas

²³ *Obyedinyonnaya Aviastróitelnaya Korporátsiy*, ou OAK.

²⁴ *Gosudárstvennaya Korporátsiya po atómnoy enérguiy*, ou Companhia Estatal de Energia Atômica.

²⁵ *Gosudárstvennaya Korporátsiya po sodéystviu razrabôtke, proizvodstvu i éksportu vysokotekhnológicheskoy promýshlenoy prodútsiy “Rosteckh”*. Em português, Corporação Estatal para promoção do desenvolvimento, da produção e da exportação de produtos de alta tecnologia “Rostec”.

²⁶ Na década anterior, as empresas estatais que controlavam as atividades no setor foram privatizadas. Os novos proprietários, que se enriqueceram rapidamente, ficaram conhecidos como *Oligarkhi* (oligarcas). O projeto de Putin de eliminar (ou cooptar) essa classe dominou as manchetes sobre a Rússia no início da década, teve resultados, com a retomada do controle estatal (50% + 1 das ações) da gigante Gazprom, do setor de gás natural. No âmbito petrolífero, a história da Yukos, então controlada desde o início dos anos 1990 pelo “oligarca” Khodorovsky e a maior da Rússia no âmbito, é bastante elucidativa: diante de um novo regime de tributação, a empresa privada foi acusada de sonegação de impostos. Em 2006, o judiciário declarou que a empresa estava em bancarrota devido às dívidas perante o governo, e suas ações acabaram sendo leiloadas; o principal comprador foi a empresa estatal Rosneft, que passou a ter o controle majoritário dos ativos da Yukos.

soviéticas do Báltico: Estônia, Letônia e Lituânia, além de Bulgária, Eslováquia, Eslovênia e Romênia, em 2004.²⁷

Ademais, as chamadas revoluções coloridas em outras antigas repúblicas soviéticas (como a Revolução das Rosas na Geórgia em 2003; Laranja na Ucrânia em 2004; das Tulipas no Quirguistão em 2005), em que, após uma onda de protestos de rua, alguns governos foram depostos, com a ascensão de lideranças declaradamente pró-ocidentais. Esses movimentos sofreram forte objeção na comunidade política russa, e, não raro, são acusados de serem financiados por “organizações e governos ocidentais”, para colocar no poder governos anti-russos. Chegou-se a ponto de o então chanceler russo Ivanov, de forma ríspida, proferir o que segue:

Penso que existem fatos suficientes que testemunham que tudo o ocorrido nos últimos dias não foi de forma alguma aparições tranquilas, surgidas de uma hora para outra. Obviamente, houve preparação e ativa participação nelas, como reconhece o próprio [ex-presidente georgiano Eduard] Sheverdnadze, do embaixador dos EUA. A preparação ocorreu através do Fundo Soros.²⁸

As relações entre a Rússia e os países vizinhos que passaram por reviravoltas políticas tornaram-se altamente tensas. Em dezembro de 2005, por iniciativa dos governos da Ucrânia e da Geórgia, criou-se uma organização internacional, conhecida como “Comunidade da Escolha Democrática”, como alternativa à Comunidade dos Estados Independentes, mas não teve prosseguimento.²⁹ Nesses países, as novas lideranças no poder (Viktor Yushchenko, na Ucrânia, e Mikhail Saakashvili, na Geórgia) passaram a defender a inclusão de seus países à OTAN, o que gerava constantes atritos com diplomatas russos.

Em 2007, o “Discurso de Munique” de Putin foi interpretado no Ocidente como um “retorno à Guerra Fria”. Em sua oratória, o presidente russo criticou a unipolarização do sistema internacional, que seria “inaceitável” e “impossível”. Contra esse processo coloca-se a emergência de outros polos de poder:

não há como negar que o potencial econômico dos novos centros de crescimento mundiais [Brasil, China, Índia e Rússia] inevitavelmente se converterá em influência política e vai ampliar a multipolaridade (PUTIN, 2007, sem página, tradução nossa).

Outro evento que mobilizou bastante a diplomacia russa foi o plano dos EUA de instalar um escudo antimíssil na Polônia e uma estação de radar na República Tcheca. O governo americano alegava que essas estruturas serviriam de defesa

²⁷ Esses países haviam sido aprovados no Encontro de Praga em novembro de 2002.

²⁸ Igor Ivanov declarou que a mudança de poder na Geórgia foi realizada com apoio dos EUA. Disponível em: <<http://www.newsru.com/russia/08dec2003/ivanov.html>>.

²⁹ Nos encontros dessa organização discutem-se diversas questões sensíveis, desde o controle efetivo pela Rússia de regiões separatistas desses países, até a revisão histórica de eventos como a Grande Fome de 1932-1933. O governo ucraniano considera que a Grande Fome (*Holodomor*, em ucraniano) não foi apenas fruto da ineficácia da administração soviética, mas uma política premeditada de eliminação dos camponeses ucranianos.

contra ataques nucleares de países como Irã e Coreia do Norte; a Rússia, por outro lado, interpretava como uma ameaça contra sua soberania e chegou a propor que esse sistema fosse implantado no Azerbaijão, desde que houvesse participação russa. A proposta foi rejeitada pelos EUA.

Outro *front* de críticas, desta vez pelo lado estadunidense, refere-se às ligações entre a Rússia e o Irã. A Rússia havia assinado um contrato com o Irã referente à construção da usina nuclear de Bushehr em 1995. Os EUA criticavam duramente o contrato e qualquer fornecimento em matéria nuclear à República Islâmica, e buscavam impor sanções por intermédio do CSNU, ao passo que a Rússia procurava reagir de forma a que as sanções atingissem o menos possível seus negócios com Teerã.

O senso comum da época, assim como em períodos da década de 2010, sugeria que “o mundo estava à beira de uma Nova Guerra Fria” ou que “a Rússia estava abandonando o Ocidente” ou, ainda, “se tornando uma inimiga dos Estados Unidos”. Uma análise mais atenta sugeria outra hipótese para esses eventos que atestavam para a deterioração entre as relações russo-estadunidenses: a de que Moscou estaria buscando maior autonomia e relevância no sistema internacional, e não, primeiramente, romper de vez com o Ocidente. Mankoff (2007, p.124, tradução nossa) oferece a seguinte visão para essa postura mais autônoma do Kremlin:

A característica fundamental da política externa russa mantém a asserção do direito russo de agir como um grande poder completamente independente no interior de um sistema global dominado por um punhado de grandes Estados e não por instituições ou normas multinacionais. A substância da política externa russa não se alterou fundamentalmente, mas o ambiente no qual ela é conduzida, sim. Em particular, preços maiores para o petróleo e para o gás, as principais exportações russas, e a diminuição do poder dos EUA como resultado da guerra no Iraque deram ao Kremlin maior autonomia para buscar decisões políticas apoiadas há muito tempo pela elite russa.

A eleição de Dmítriy Anatólevitch Medvêdev manteve as linhas mestras da política externa russa em curso durante o segundo mandato de Putin, com algumas mudanças marginais ou ajustes. As mudanças e os ajustes tiveram a ver com as respostas ou reações à dinâmica do próprio sistema internacional. Um exemplo interessante é a aparição dos BRIC como agrupamento político, e que se tornou um dos espaços mais relevantes para a política russa a partir do governo Medvedev.

Um dos fatos mais marcantes no início do mandato de Medvedev, que manteve linhas mestras da política externa russa, foi o breve, porém intenso, conflito russo-georgiano, em agosto de 2008. Na ocasião, a Geórgia, governada por uma facção abertamente anti-russa desde 2004, invadiu a Ossétia do Sul³⁰, com o intento de restabelecer o controle de fato sobre a região separatista. A ação do país caucasiano

³⁰ Região reconhecida internacionalmente como território georgiano de jure. No entanto, o governo da Geórgia, desde a independência do país em 1991, não logrou impor o controle de fato sobre essa região, que também faz fronteira com a Rússia, no litoral do Mar Negro.

desencadeou uma contraofensiva russa durante uma semana, gerando graves reflexos, especialmente nas relações entre a Rússia e os Estados Unidos. Ainda em novembro de 2008, logo antes de uma visita ao Brasil, Medvedev declarou a intenção de seu governo em alocar mísseis na região de Kaliningrado como resposta aos planos dos Estados Unidos de construir o sistema de escudo antimíssil na Europa central.

É possível identificar uma certa melhora nas relações russo-americanas logo após o início do primeiro mandato de Barack Obama, em 2009, naquilo que os norte-americanos chamaram de “reset” (SEGRILLO, 2010). A pequena distensão, como propõe Segrillo, significou a resolução de alguns problemas que mantinham tensas as relações entre os dois países, como o cancelamento pela administração Obama dos planos de instalar o escudo antimíssil na Polônia e o radar na República Tcheca, a assinatura entre EUA e Rússia, em abril de 2010, do START III (que ficou mais conhecido como New START), cujo texto estipulava a redução pela metade dos estoques de armamentos atômicos de cada uma das partes. Outra medida relevante foi o restabelecimento do Conselho OTAN-Rússia, congelado desde a guerra na Geórgia, no qual se decidiu pela retomada da cooperação militar, inclusive na guerra no Afeganistão, no combate ao tráfico de drogas e à pirataria na costa da Somália e à proliferação nuclear (HAAS, 2010).

Parte dos países da Europa Ocidental buscou, entre 2009 e 2012, relações positivas com Moscou, incluindo-se Alemanha, Espanha, França e Itália. Ademais, esses mesmos países são os que mais pressionaram para a diminuição das tensões com a Rússia, não apenas no âmbito da União Europeia, mas também – e principalmente – no seio da própria OTAN. Por outro lado, a principal área de resistência a Moscou foram e têm sido os três países Bálticos e boa parte dos antigos países satélites da União Soviética, com destaque para a Polônia. A Lituânia foi o único país a se opor à retomada do Conselho OTAN-Rússia. E, de forma não surpreendente, esse grupo de países teria uma atuação bastante destacada durante as conhecidas manifestações pró-União Europeia na Ucrânia entre 2013 e 2014, alguns dos quais enviaram representantes políticos para apoiar diretamente esse lado do conflito.

Por outro lado, as relações com a China, e em menor escala com a Índia e até com o Brasil, continuaram a progredir, ainda que nenhum dos países tenha apoiado integralmente a Rússia no conflito do Cáucaso (nenhum reconheceu a soberania das “repúblicas”), tampouco no conflito mais recente com a Ucrânia. Ainda sob a presidência de Medvedev, o agrupamento do BRIC ganhou relevância, cujo encontro pioneiro de chefes de Estado deu-se em Ecatimburgo, cidade russa na região dos Urais. O diálogo e a aproximação entre os países do BRIC têm sido uma das prioridades na política externa russa.

A China continuou a ser um dos principais “amigos” da Rússia, como demonstra a diversificada parceria estratégica entre os dois países, englobando desde acordos de fronteira até a realização de exercícios militares conjuntos e a construção de gasodutos. Mas há desacordos: o não reconhecimento da Abcásia e da Ossétia do Sul pela China, e, principalmente, a imigração ilegal chinesa no Extremo Leste da

Rússia (ainda que essa preocupação seja ocultada no discurso oficial russo) podem ser fatores para possíveis tensões entre os dois países (HAAS, 2010). Durante a crise ucraniana, a China portou-se de forma bastante cautelosa, e de baixo perfil, sem criticar abertamente a incorporação³¹ da Ucrânia ao território russo.

No entanto, a melhoria das relações entre os Estados Unidos e a Rússia foi apenas temporária. Antes mesmo do início do acirramento da crise política na Ucrânia entre 2013 e 2014, as duas grandes potências já registravam uma deterioração significativa, restabelecendo o “padrão” observado na década anterior. Como fatores para tanto, podemos citar a crítica crescente nos Estados Unidos com relação à situação da proteção dos direitos humanos na Rússia, o retorno de Putin à presidência no início de 2012, e a concessão de asilo político a Edward Snowden em meados de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da Federação Russa na política global desde sua existência como estado soberano no final de 1991 foi marcada por uma reorientação paulatina, iniciada por volta de 1993 por volta de meados daquela década. Essa reviravolta antecedeu em alguns anos a chegada ao poder de Putin, e veio a calhar com uma visão predominante no âmbito da elite política, presente tanto em setores mais à direita quanto à esquerda, e inclusive em alguns círculos liberais, de que a Rússia, diante da configuração atual geopolítica, deve buscar uma posição como um centro de poder autônomo em um mundo multipolar, sem que isso signifique, *a priori*, que o país venha se opor sistematicamente ao Ocidente e aos EUA.

Em um primeiro momento, a nova classe política russa, que é alçada ao poder legitimada pela eleição de Yeltsin à presidência da então República Socialista Federativa Soviética da Rússia ainda nos meses finais de existência da União Soviética, vai buscar defender sua legitimidade procurando antepor-se às forças centrífugas na própria Rússia, ao mesmo tempo em que iniciam uma tentativa de minar a influência do Partido Comunista na sociedade e na economia. A rápida privatização e a quebra de monopólios na economia imprimiram, em parte, esse papel. No plano externo, o país, diante da brutal redução de poder material, aliada aos problemas de ordem institucional que apenas emergiam, fizeram com que a política exterior do país sofresse uma retração igualmente radical em quase todos os cenários regionais, ao mesmo tempo em que se tentava atrair os Estados Unidos e alguns países europeus para apoiar as transformações sistêmicas em curso. O resultado foi a aceitação de que a Rússia ocupasse um papel secundário na conformação de uma nova ordem global, e ao mesmo tempo um agente promotor das reformas econômicas no espaço pós-soviético.

³¹ Aqui há de se tomar precaução com o termo usado para descrever o evento, ocorrido na primeira metade do ano de 2014. Enquanto a leitura dominante nos países ocidentais e na própria Ucrânia tem sido o de que a Rússia empreendeu uma verdadeira anexação, focada na questão do uso de força militar na península localizada no Mar Negro, na Rússia o termo usado tem sido adesão (*prisoedineniye*), que alude ao referendo popular empreendido pelo Parlamento local.

É possível indagar se semelhante recuo, do ponto de vista dos estadistas russos, foi apenas tático e temporário, ou estratégico e de longo prazo. Independentemente da resposta, essa postura foi sendo, aos poucos, abandonada, diante do desapontamento dos russos diante daquilo que tomavam como atitudes inamistosas dos países ocidentais, sobretudo dos EUA. Com a relativa estabilização institucional e econômica em meados dos anos 1990 e as crescentes críticas internas que apontavam a falta de resultados práticos em face das chamadas “concessões unilaterais” ao bloco vencedor da Guerra Fria, a política externa russa foi, aos poucos, adotando um viés mais crítico e autônomo.

Essa orientação geral tem se mantido dominante na política exterior do país desde pelo menos 1996, com a chegada de Primakov e o fortalecimento dos laços com a China e, em menor grau, com a Índia. Desde então, houve alguns breves momentos de menor tensão com a maior potência militar e econômica do mundo, sobretudo para a resolução de problemas específicos, mas considerados centrais na perspectiva russa, como o combate ao terrorismo internacional. No entanto, a percepção de que os EUA têm feito uso de sua posição de prevalência no mundo de forma unilateral, sobretudo no que tange à manutenção da OTAN, ao suposto financiamento de movimentos nos países em seu entorno, sobretudo a partir de meados da primeira década do século XXI, tem compelido os estadistas russos a forjar ora uma aliança cada vez mais aprofundada com a China e com outros países do campo emergente, ora buscado apoio dentro da própria Europa.

Essa estratégia de se antepor à hegemonia norte-americana, por fim, deverá continuar a ser trilhada, mesmo com uma eventual mudança no comando da segunda maior potência militar do mundo. Nesse sentido, buscamos apresentar que a política externa da Rússia sob Putin foi colocada em prática antes mesmo da ascensão deste ao poder.

REFERÊNCIAS

ARBATOV, A. G. Russia's foreign policy alternatives. **International Security**, v.18, n.2, p.5-43, 1993.

BANCO MUNDIAL. **Expectativa de vida ao nascer**. 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?page=4>>. Acesso em: 03 out. 2015.

BARANETS, V. No que se transformaram os exércitos das Repúblicas da URSS. **Komsomolskaya Pravda**. 2011. Título original: Vo chto prevratilis' armii respublik SSSR. Disponível em: <<http://www.kp.ru/daily/25809.3/2788206/#close>>. Acesso em: 02 out. 2011.

EMIL, Pain, *Illegals on the Banks of Amur*. Rossiskie Vesti, 06 de maio de 1997.

HAAS, M. de. **Russia's foreign security policy in the 21st century**: Putin, Medvedev and Beyond. London: Routledge, 2010.

IVANOV, I. S. Política externa da Rússia no limiar do século XXI: problemas de formação, evolução e de continuidade, 2000. In: SHAKLEYNINA, T.A. (Org.). **Política externa e segurança da Rússia moderna. 1991-2002**. Tradução de: JUBRAN, Bruno Mariotto. Moscou: MGIMO (U) MID Rossii, Rossiskaya Assotsiatsiya Mejdunarodnykh Issledovaniy, 2002. Títulos originais: Vneshnyaya politiki Rossii na rubeje XXI veka: problemy formirovaniya, evolyutsiya i preyemstvennosti, 2000. In: Vneshnyaya politika i bezopasnost' sovremennoy Rossii. 1991-2002.

KHODYAKOV, M. V. **Noveiyshaya istoriia Rossii: 1914-2011** [História recente da Rússia: 1914-2011]. Moscou: Izd. Yurait, 2013.

KORTUNOV, S. V. **A atual política externa da Rússia: estratégia de envolvimento seletivo**. Moscou: HSE, 2009. Título original: Sovremennaya vneshnyaya politika Rossii: strategiya izbiratel'nosti vovlechenosti.

KOZYREV, Andrei. The Lagging Partnership. **Foreign Affairs**. v.73, n.3, p.65-68, 1994.

KUVALIN, D. B. **Política econômica e comportamento das indústrias: mecanismos de influência recíproca**. Monogr. Maks Press, 2009. Título original: Ekonomicheskaya politika i povedeniye predpriatiya: mekhanizmy vzaimnogo vlianiya.

LYNCH, C. A. The realism of Russia's foreign policy. **Europe-Asia Studies**, v.53, n.1, p.7-31, 2001.

MANKOFF, J. Russia and the West: taking the longer view. **The Washington Quar-terly**, v.30, n.2, p.123-135, 2007.

MILOV, V. O ruim e o bom do default. **Gazeta.ru**. 15 ago. 2008. Título original: Zlo i blago defol'ta. Disponível em: <http://www.gazeta.ru/comments/2008/08/15_x_2811883.shtml>. Acesso em: 30 out. 2015.

MYASNIKOV, V. S. **O triângulo estratégico Rússia-China-Índia: o aspecto euroasiático**. 2003. Título original: Strategicheskiy treugol'nik Rossiya-Kitay-Indiya: evraziyskiy aspekt. Disponível em: <<http://www.larouchepub.com/russian/events/2003/badschwalbach/a3myas.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

OKUNEVA, L. Os 25 anos da política externa da URSS / Rússia: questões-chave, evolução, perspectivas (1985-2010). In: PECEQUILO, C. S. (Org.). **A Rússia: desafios presentes e futuros**. Curitiba: Juruá, 2010. p.23-55.

OLDBERG, I. Foreign policy priorities under Putin: a tour d'Horizont. In: HEDENSKOG, J. (Org.). **Russia as a great power: dimensions of security under Putin**. New York: Routledge, 2005. p.29-57.

PUTIN, Vladimir V. **Vystupleniye i diskussiya na Myunkhenskoj konferentsii po vorprsam politiki i bezopasnsti**. [Apresentação e discussão na Conferência de Munique sobre questões de política e segurança]. Presidência da Rússia, 10 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://archive.kremlin.ru/appears/2007/02/10/1737_type63374type63376type63377type63381type82634_118097.shtml>. Acesso em: 2 out. 2015.

RÚSSIA. Conselho da Federação Russa sobre política externa e de defesa. **A Rússia e a OTAN**. 1995. Disponível em <<http://svop.ru/documents/87>>. Acesso em: 02 out. 2015.

RÚSSIA. Serviço Federal de Estatísticas Estatais. **Anuário demográfico**, Moscou: Rosstat, 2010. 116p. Disponível em: <http://www.gks.ru/doc_2010/demo.pdf>. Acesso em: 02 out. 2015.

SEGRILLO, Angelo. A Política Externa Russa pós-guerra Fria em Relação ao Ocidente: uma Perspectiva Histórica. In: PECQUILO, Cristina S. (org.). **A Rússia: desafios presentes e futuros**. Curitiba: Ed. Juruá, 2010. Capítulo 2, p.57-72.

SELEZNEVA, L. Post-Soviet russian foreign policy: between doctrine and pragmatism. **European Security**, v.11, n.4, p.10-28, 2002.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Military Expenditure Database**. 2015. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database>. Acesso em: 02 out. 2015.

TSYGANKOV, A. P. From International Institutionalism to Revolutionary Expansionism: the foreign policy discourse of contemporary Russia. **Mershon International Studies Review**, v.41, n.2, p.247-268, 1997.

RÚSSIA, Ministério das Relações Exteriores. Concepção de Política Externa da Federação Russa, 1993.

BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 191, de 24 de fevereiro de 1996.

RÚSSIA. Concepção de Política Externa, 2000.